

29ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial CTOS/CIF

LOCAL: Golden Tulip Porto Vitória, Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 635, Vitória, CEP 29050-335.

Dias: 31 de outubro a 01 de novembro 2018

Horário de início e de término das sessões: 31/10: 10h00 – 13h00; 14h30 – 19h00

01/11: 09h00 – 13h00; 14h00 – 17h30

Participantes:

Marco André Garbelotti – Coordenador (MDS)
Ana Weisz (Fundação Renova)
André Luis Machado (Fundação Renova)
Andrezza Vieira (SETADES)
Antônio Roberto (SLR-MG)
Camilla Nogueira (SETADES)
Carla Gomes (SEMAS)
Christian Souza (Fundação Renova)
Cynthia Hobbs (Fundação Renova)
Débora Lyrio de Melo (Secretariado-CT)
Diego Carvalho Pereira (Advogado)
Élcio José de Souza
Gabriela Felix (SETADES)
João Marcos Mariano (DPU)
José Osvaldo Albergaria de Carvalho (Escritório Federal da Pesca-PR)
Julia Tourinho (Fundação Renova)
Kelvia de Assunção Barros (Casa Civil)
Laurent Rivet Rassi (Fundação Renova)
Lucas de Matos (Fundação Renova)
Maria Albanita Roberta (Fundação Renova)
Maria Dória
Marta Maria Castro (SEDESE-MG)
Miguel Sabatini dos Santos (Advogado)
Mirna Lucia Correa (MAPA)
Nilcéia Maria Pizza (SETADES)
Paula Oliveira Lima (Casa Civil)
Ravena Amorim (SEMAS)
Rita de Cássia Mendonça (Fundação Renova)
Rosane Santos (SETADES)
Sarah Oliveira Gomes (Prefeitura de Mariana)
Sergio (Fundação Renova)
Simone Pereira Braga (SETADES_Aracruz)
Thais Correa Damasceno (SEDPAC-MG)
Vanessa Santos Giraldele (Prefeitura de Linhares)
Viviane Aguiar (Fundação Renova)

Handwritten signatures and initials:
- Top right: "apud" and "lu"
- Middle right: "Horta"
- Bottom right: "Paula"
- Bottom left: "Thaisce"

Após apresentação dos membros e convidados, o Sr. João Marcos deu início à reunião.

Houve grande problema com os camaroeiros e os pescadores solicitaram alguns minutos para fala a título de exposição, sendo o Sr. José Sabino representante dos atingidos. "Estamos caminhando para 3 anos e é importante alinhar o discurso e como podem ser definidos em conjunto para a resolução dos problemas". A pauta da tarde é para que a FR coloque o como os programas estão, como podemos auxiliar na condução dos mesmos e como podemos definir os rumos para o ano que vem. O cronograma será definido após a reunião do CIF de novembro.

PROGRAMA DE CADASTRO

A FR apresentou o relatório do Cadastro: conclusão de 9.337 cadastros na terceira campanha (solicitações de 01/04/2017 até 02/01/2018), elaboração de 2.854 laudos, elaboração de 14.613 portfólios (estes estão em numero superior que a Campanha 03 devido a uma demanda de 2017 que só foi realizada em 2018). Execução de 897 aplicações da Fase 1 em Mariana (data de corte: 22/10/2018). Execução de 371 vistorias (Fase 2) em Mariana (data de corte: 23/10/2018) com 150 laudos feitos, que representam uma avaliação financeira (NBR 14653) dos danos materiais e econômicos sofridos, e a metodologia é diferente porque permite realizar tantos cadastros quanto os membros de um mesmo núcleo familiar. A identificação de potenciais atingidos permanece aberta. Semanalmente acontecem as reuniões com Assessorias Técnicas e Comissão de Atingidos, e na próxima reunião a FR irá apresentar um cronograma com o encerramento desta fase do cadastro. O Programa de Cadastro não está parado.

A FR apresentou um resumo dos pontos que considerou necessário incluir no escopo do Programa, se manifestou e comentou cada um dos pontos apresentados, ressaltando Ações para 2019 (slide 12). Dentro do Cadastro é feita a reunião da documentação apresentada pela família e indivíduos, usados na ficha cadastral e nos laudos e o parecer de avaliação de impacto que vêm da auto declaração da família. Concluir todos os portfólios da campanha 3 e a melhora das tratativas da nova campanha para 2019. A Campanha 4 será chamada de Cadastro Integrado Fase 2. O orçamento já está alocado para o programa, que tem como objetivo suportar todo o trabalho para o próximo ano, com a proposta de aditivos. Ao todo até agora chegou-se a mais de 30 mil cadastros e 79% indicam ter tido algum tipo de dano no exercício da atividade pesqueira. Outro grupo muito relevante é dos que sofreram danos da atividade agropecuária.

A CT pede que o relatório contenha as principais unidades de referência: a pessoa, a família e os manifestantes, sendo que a propriedade é um dado secundário. É essencial explicar a queda de ritmo do cadastro e se no orçamento de 2019 já estava incorporado o aumento no número de manifestações. Estratificar pela Campanha, elegibilidade, não localizados, etc.

A FR anota as propostas para trazer no próximo RMM os números atualizados e a rastreabilidade. Quanto à Campanha 3, de 11.400 manifestantes, fatalmente se desdobrará em famílias com mais de um integrante, então estamos falando de pessoas. E mais, a partir do momento que o manifestante se torna elegível ao Cadastro, ele pode ter várias propriedades cadastradas. Por isso, às vezes, o número não bate, mas a FR se compromete a trazer o número na próxima reunião (05/11). É um processo complexo e trouxe algumas dificuldades, e que agora estão sendo aprimoradas para reorganizar os dados e contar a campanha pela manifestação que não foi cadastrada e não foram elegíveis. Mas é preciso abrir o Cadastro com essas informações bem detalhadas. Os números não são automáticos. Pessoas duplicadas são erros do processo, como quando são classificadas como manifestantes, cinco pessoas de uma mesma família podem solicitar, mas eles todos respondem pela mesma manifestação e só se descobre quando é feito o Cadastro.

A coordenação da CT pergunta se não teria um modelo ou critério para separar as pessoas, de acordo com os danos sofridos e territoriais, pois a realidade não facilita colocar em um slide toda essa diversidade, e cada um tem que ser tratado em sua individualidade. Estratificação dos indivíduos. Local de residência e exercício do trabalho está sendo perguntado. A CT reforça que não foram mostrados dados da Campanha 4, e questiona se esses manifestantes, quantidade que gira em torno de 20.000, serão contemplado de

alguma forma. Solicita saber se as pessoas estão ou não elegíveis. O trabalho em 2019 tem que ir além do portfólio da Campanha 3. Precisa-se de fundamentação nas decisões e a compatibilização do cadastro tem que fazer parte no horizonte de melhorias. Existe a necessidade de saber se os atingidos indiretos também serão cadastrados. E, por último, pondera que o Programa de Cadastro deverá ser um dos últimos a ser encerrado. Complementa ainda a questão referente à dificuldade de acesso dos atores envolvidos no processo, inclusive da CTOS aos dados e informações para monitoramento dos programas e ações. Dados são solicitados repetidamente, mas a FR não responde. Essa é uma situação que vem sendo tratada há tempo na CTOS e a FR ainda não mudou sua postura quanto à disponibilização de dados e de relatórios mais segregados e específicos.

A FR responde que fará um alinhamento dos documentos apresentados com as metas para 2019, que há a expectativa de encerramento do programa e que vai se responsabilizar pelo Cadastro que era de responsabilidade da Cáritas. No âmbito do TTAC somente os atingidos diretos podem ser ressarcidos e, por isso, ainda há a discussão sobre como fazer no caso dos atingidos que tiveram sua atividade econômica indiretamente impactada.

PROGRAMA PIM

Apresentação do balanço das ações do programa PIM em relatório enviado por e-mail pela FR. O primeiro assunto sobre o dano da Água já está na fase final e houve forte processo de judicialização porque as pessoas desistiram de esperar. Julgamento da admissibilidade do IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas), influenciando positivamente no aumento do número de conciliações/acordos aceitos no PIM. Desmobilização de escritórios de indenização Dano Água e redistribuição de equipes terceiras, reforçando a estrutura do PIM Dano Geral. Mutirão, no Fórum de Colatina/ES, por solicitação do Juízo e mantenedoras para conciliação judicial em mais de 1,7 mil processos Novo termo de acordo facilitou a indenização dos danos múltiplos. Liberação das indenizações de Mariana com a assinatura do 1º acordo no município.

Desafios do Programa PIM: Volume e diversidade de pessoas e danos; a informalidade dificulta a solução para essas pessoas; a forma como se indeniza não é unilateral e passa pela Governança; o aprendizado e aprimoramento do processo. Qualquer ação feita representa um esforço grande e ajustes complexos, como quando muda uma peça todas as outras precisam ser repensadas. A FR precisa do tempo necessário para concluir os danos ambientais, sendo este um cenário importante para dar a dimensão do trabalho que está sendo feito pela FR.

Pendências de Cadastros: as análises que precisam ser refeitas no processo. A análise judicial de mantenedoras. Fluxo mais simples, 26% já aguardando a política, principalmente no campo da pesca, e pesca de subsistência.

Ações a realizar em 2018: Execução do piloto da metodologia de reconhecimento do Pescador Profissional sem documento de ofício ("Pescador de Fato") na Foz (Regência e Povoação) e em Conselheiro Pena (MG). Atuação conjunta com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR) na construção e implantação da metodologia do "Pescador de Fato". Conclusão e aprovação das políticas de carroceiros, lavadeiras e camaroeiros. Início do atendimento da Campanha 3. Planejamento/implementação do pagamento do lucro cessante relativo a 2018.

Pagamento de Lucro Cessante: Del. nº 119 do CIF e Termo de Acordo PIM: "Os lucros cessantes serão calculados mensalmente e pagos em parcelas anuais, sempre no prazo de 90 dias após o dia 05 de novembro, até que as condições para exercício das atividades sejam restabelecidas ou sejam estabelecidas condições para exercício de nova atividade produtiva em substituição da anterior, na forma do TTAC." Aproximadamente 3,8 mil pagamentos previstos.

Planejamento de 2019: Término do piloto da metodologia de reconhecimento do Pescador Profissional sem documento de ofício ("Pescador de Fato") para avaliação do Conselho Curador. Início do atendimento aos Carroceiros, Lavadeiras, Camaroeiros, após conclusão e aprovação das políticas. Conclusão da revisão da

política de Pesca de Subsistência. Atendimento da Campanha 3. Planejamento/implementação do pagamento do lucro cessante relativo a 2019.

Cartografia da Pesca: Campanhas 1 / 2 / 3, tem 21.477 (80%) dos pescadores declararam impacto na Pesca. Destes, apenas 2.535 (12%) tem RGP (ou declararam ter). Pescador que não tem RGP já está incluído como pescador de fato. 18.942 pescadores cadastrados declararam impactos na pesca sem RGP. Estima-se que aproximadamente 3 mil são potenciais elegíveis ao "Pescador de Fato". Quase 16 mil cadastros se encontram na situação difusa. Difusa: relação do consumo, pesca apenas para consumo ou escambo onde se consome uma parte e a outra é vendida. O desafio é como separar esses valores. A pesca de subsistência não é regulamentada.

A CT ressalta a necessidade de relacionar este universo chamado de difuso e que necessita de resposta mais precisa possível. Quanto ao Acordo de Mariana, há um incomodo grande porque tinha-se o comprometimento com as populações e precisa acontecer de maneira rápida porque a população está indignada. Percebe-se insensibilidade com relação às pessoas, preocupação com os valores que estão sendo gastos e não em quem está recebendo.

Há que se rever as políticas de indenização das cadeias de pesca e pescador de fato. As dificuldades reais têm de ficar claras nos documentos, principalmente com relação ao avanço do programa e o que ainda está aguardando análise pelo Conselho Curador. A CT notou que houve uma desaceleração do processo, sendo que é preciso ter no documento a questão de custos, auto declaração, para que se possa realizar os devidos encaminhamentos. É preciso compartilhar os trabalhos para que a CT possa ser uma aliada.

PROGRAMA DE AUXÍLIO FINANCEIRO EMERGENCIAL

Desafios do programa AFE: Análise de perda de renda ligada à atividades socioeconômicas preponderantemente informais, sem comprovação pelo atingido. Ausência de regulações que determinam documentações necessárias para o exercício de algumas atividades impactadas (ex.: pesca de subsistência e comércio/serviços informais); Falta de documentação de residência na época do rompimento (atualmente temos 913 processos); Dificuldade de localização de atingidos que recebem AFE oriundos da Fase Emergencial para realização do Cadastro Integrado. Considera a comprovação de residência como processo de critério de elegibilidade.

Principais ações de 2018: Migração do pagamento dos Auxílios de cartão Alelo para depósito em conta bancária. Até out/2018 foram migrados 9.027 titulares de um total de 9.192 previstos (98%). Apenas uma recusa até o momento. As pendências são, em sua maioria, relacionadas à dificuldade/impossibilidade de abertura de conta corrente em nome do atingido (ex.: não localizados, residem em outros estados/país estando incomunicáveis, detentos, problemas judiciais que impossibilitam abertura de conta, etc). Incluídos 2.587 novos Auxílios até out/2018.

Ações a realizar em 2018: Início do atendimento da Campanha 3 (ex. Pescador Profissional com Doc. de Ofício, Agropecuária, Comércio/Serviço, Areeiros, etc.). Término das análises de elegibilidade dos cadastros das Campanhas 1 e 2 já indenizados pelo PIM. Previsão de inclusão de cerca de 1,5 mil Auxílios até dez/18 das Campanhas 1 e 2. Término da migração do pagamento de Auxílio por cartão para conta corrente (restam 165 casos).

Principais ações para 2019: Continuidade das análises de elegibilidade e pagamento de Auxílios. Elaborar Plano de Cancelamento para as concessões de AFE da base emergencial com inconsistências de elegibilidade. Elaborar e validar o Plano de Saída do AFE a partir do restabelecimento das condições de retomada das atividades econômicas/produativas.

A CT sugere aproveitar tudo que está sendo reavaliado no PIM para refletir no Auxílio Financeiro. O que tem no sistema é pagamento e não a questão da elegibilidade. Verificar internamente pela FR os fatores que estão contribuindo para a demora no processo de concessão do auxílio. A FR responde que existem os

desafios da informalidade, de falta de documentação (identificação e comprovação) e da auto declaração, e ambos os programas, PIM e Cadastro, estão lidando com os mesmos desafios e complexidades. Nem todo universo do Cadastro está no auxílio financeiro.

A CT solicita mais alternativas pela FR para vencer esse passivo, bem como sua inserção no documento de apresentação de forma transparente, além de explicitar como é realizada a tratativa ou o direcionamento das ações baseadas no TTAC. A CT também relata a demora no atendimento e na solução de problemas com relação as comprovações que precisam ser resolvidas e daquelas que precisam de soluções palpáveis para que os critérios não sejam um impedimento novamente. Sugere-se a estratificação do cadastro como uma polícia intermediária, que pudesse dar o aval para uma resposta positiva ou negativa, mas pelo menos se dar uma resposta.

PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL

Principais ações em 2018: Elaboração e discussão dos Planos de Reparação em Proteção Social com os municípios e Secretarias Estaduais - 39 Planos Municipais elaborados e 02 Planos Estaduais apresentados para Fundação (municípios que ainda não tiveram planos elaborados, pela ausência de cadastro de famílias, em MG: Raul Soares, Iapu, Córrego Novo e Marliéria; no ES: Conceição da Barra e Fundão). Visita aos municípios impactados para proposição dos Planos de Reparação em Proteção Social – 38 municípios visitados. Oficinas de discussões sobre os Planos de Reparação em Proteção Social, com os municípios e Secretaria Estadual. Oficinas de Educação Financeira para os municípios do Espírito Santo - 06 oficinas realizadas no município de Baixo Guandu/ES. Participação efetiva do Programa no atendimento às famílias impactadas no alagamento da lagoa Juparanã e Rio Pequeno e na Elaboração do Plano de contingenciamento para as famílias impactadas. Reuniões com as equipes das unidades dos CRAS de Mariana para acompanhamento às famílias com deslocamento físico. Reuniões de alinhamento com a SEDESC para realização de atividade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Busca ativa da localidade (aluguel) para a ampliação do atendimento do CREAS (Mariana). Continuidade do processo para a execução do Plano de Reparação em Proteção Social para o município de Mariana. Acompanhamento da remoção das famílias impactadas pelas cheias do Rio Pequeno e Lagoa Juparanã. Acompanhamento das famílias impactadas pelas cheias do Rio Pequeno e Lagoa Juparanã, no pagamento de Compensação Financeira.

Ações a realizar em 2018: Continuidade das oficinas de Educação Financeira no Estado de Espírito Santo. Continuidade das oficinas de Capacitação para Operadores de Proteção Social. Continuidade das ações já iniciadas na execução das ações dos Planos Municipais de Reparação em Proteção Social (embora o escopo do programa de Proteção Social esteja em processo de revisão, conforme deliberação nº 192 de 31/08/2018 do CIF, foram iniciadas as ações nos municípios para atendimento as famílias vulneráveis impactadas). Continuidade no atendimento às famílias desalojadas no impacto do alagamento da lagoa Juparanã e rio Pequeno. Entrega de insumos necessários para as atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), no município de Mariana.

Principais ações para 2019: Monitoramento e execução das ações dos planos municipais de reparação em Proteção Social. Consolidação dos dados de atendimento das famílias vulneráveis impactados nas ações dos Planos municipais. Monitoramento e execução das ações dos planos estaduais de reparação em Proteção Social. Realização das capacitação dos Operadores de Proteção Social. Continuação na execução das Oficinas de Educação Financeira, Monitoramento e atendimento das famílias desalojadas no impacto das cheias da lagoa Juparanã e rio Pequeno. Acompanhamento do atendimento às famílias vulneráveis pelos Programas da Fundação Renova, que fazem interface no Programa de Proteção Social, nos processos de reparação.

A FR completa que o Planejamento de 2018 vem sendo cumprido, reforçando o desafio de lidar com os territórios impactados com famílias muito vulneráveis, percebendo-se o vazio nas políticas públicas.

Necessidade de identificar e priorizar as ações para as famílias na perspectiva da Proteção Social. Explicitar melhor o papel da CT e da Fundação e que o trabalho tem que estar atrelado à equipe de Diálogo Social. Discussão mais profunda com os governos para alinhar os planos estaduais com os municipais, mas para os estados utiliza-se metodologias diferentes. A questão do barramento foi feito um atendimento intensificado com as famílias.

A capacitação dos operadores especificamente focado nas equipes CRAS e CREAS, as oficinas feitas pelo SESI com a comunidade e em MG será feito pela Fundação (Associação) Brasileira de Programa. A CT solicita agilidade na contratação das equipes que já tinham que estar em campo para realizar as capacitações, melhorar a qualidades das informações na apresentação, registrar o detalhamento de alguns itens, bem como o registro das datas. Deixar claro onde se situa o plano de contingenciamento e se a situação de Linhares e Sooretama está dentro do escopo do programa. A FR responde que não está dentro do escopo do programa, mas está dentro do Plano de Contingência Municipal.

PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA O PERÍODO CHUVOSO

O Plano de Contingência foi apresentado em outro fórum com detalhes e aqui na CTOS seria uma fala bastante breve. A Srª Priscila, da FR, informou que nesta data, 01/11/2018, às 10h, foi realizada uma reunião para tratar especificamente dessa pauta. Reunir-se-ão novamente nos dias 12 e 13 de novembro, com a Setades, Municípios de Linhares e Sooretama e demais atores envolvidos dos diversos setores, para alinhamento final da proposta, para posterior validação pelo Sistema CIF.

PROJETO ENFRENTAMENTO DA POBREZA

O projeto foi apresentado pela Sra Camila do SETADES. A construção do projeto partiu principalmente de um estudo das condições socioeconômicas dos territórios atingidos. Alguns efeitos já mapeados foram o aumento da vulnerabilidade nestes territórios, redução do nível de atividade econômica, perda de identidade, o que se destaca a menor disponibilidade de recurso e dificuldade de acesso ao trabalho. Está sendo feita a interface com os programas que estão no TTAC no sentido de amenizar as vulnerabilidades aproveitando as sinergias entre os programas. As áreas de foco são socioeconômico e ambiental. Houve a identificação e delimitação do perfil do público alvo para apoiar a criação da infraestrutura que foi perdida e, alocar de forma eficiente, esforços e recursos e investimentos físicos. A retomada também das atividades agrícolas que é base da economia nestas regiões. Projetos de infraestrutura com ações voltadas a dar suporte básico às comunidades. Apoio para a qualificação do exercício da atividade e acesso ao conhecimento. Suporte para acesso da população ao mercado de trabalho e geração de renda. A medida serve como catalizador dos programas criando condições para que as pessoas possam ter melhores condições de vida.

A CT elogia o trabalho e reitera a importância da SETADES/ES e que os estados devem contribuir propondo a forma como as ações podem ser feitas. O laudo é importante para definir a qualidade do solo no sentido de se desenvolver a agricultura novamente. Falta um reforço de ações para apoiar o pequeno agricultor que tem uma condição de vulnerabilidade maior. Ficou acordado trazer este público para a política de Proteção Social. Os membros da CT reforçam a importância do apoio ao pequeno produtor e a questão da terra. A FR responde que já tem as propostas para ajudar o produtor a ter acesso ao micro crédito, no escoamento de sua produção e outra parte seria a utilização de um banco de sementes. A diretora da FR parabeniza o trabalho de qualidade apresentado, e a questão tratada no nível do indivíduo vai de encontro à retomada econômica, e há necessidade de caminhar neste mesmo molde para atingir o mesmo ponto: ressarcimento do atingido, programa que está dentro do AFE e mais atrelado aos vulneráveis para a retomada da condição econômica do individual.

307 A CT reitera que é importante trazer as pessoas envolvidas nos programas bem como seus líderes, para que
308 possam participar mais ativamente das reuniões da CTOS com o objetivo de alinhar todas as ideias. É o
309 olhar do projeto de enfrentamento da pobreza pelo olhar da CT de maneira específica e integrada. E volta
310 para a aprovação do projeto e, se for um tema pacífico, poderá ser feita a Nota Técnica. A FR relata que este
311 projeto está sendo discutido internamente com as secretarias do estado, buscou-se a convergência das
312 ações e o que pode ser trabalhado dentro dos projetos já existentes na Fundação. Há um esforço para que
313 as ações tenham como foco o público vulnerável dentro da proteção social. Os programas foram entregues
314 para os estados para que se faça a convergência. A CT pede um relato das respostas das conversas e o que
315 está sendo alinhado com os estados até o dia 19/11. Se as divergências forem as mesmas da NT que foi
316 feita para o estado de Minas Gerais, a CT afirma que pode liberar a NT para o Espírito Santo, para que alinhe
317 com a FR. Assim, conclui-se o documento final para dar continuidade ao programa e enviá-lo ao CIF o
318 quanto antes. A FR só pontua que pode levar mais tempo do que se tem de expectativa pela CT em se
319 tratando de um assunto tão importante. O Plano então foi aprovado por unanimidade pela CTOS.

320
321 Fala de representante dos artesãos do ES: cancelado
322

323 Apresentação e discussão da Nota Técnica referente à situação dos Artesãos do ES, com minuta de
324 deliberação ao CIF: Foi pontuado pela CT os problemas no cadastramento das pessoas que tem o artesanato
325 como atividade econômica. Que a FR reconheça a atividade como impactada. A NT será encaminhada ao
326 CIF com a recomendação para que os artesãos sejam reconhecidos como público atingido, e que, a
327 atividade artesanal, seja critério de inclusão para o Programa de Cadastro. Os documentos apresentados
328 serão anexados à NT que será enviada. A CT questiona se essa categoria está presente nos documentos da
329 FR. Houve já um reconhecimento da comunidade artesã, por meio de uma deliberação e não foi feito
330 nenhum estudo técnico ou oficina que mostra que o grupo está sendo atendido. Isso não é mostrado nos
331 gráficos e relatórios que a FR apresenta. Foi relatado que, em uma rodada de reunião com as atingidas, há
332 uma exclusão clara da atividade do artesão gerando o preconceito com relação ao gênero, pois a maioria
333 está na situação de múltiplo impacto e o artesanato foi totalmente excluído dentro do Cadastro, podendo
334 ter sido colocado como atividade econômica secundária.

335
336 A FR se posiciona dizendo que há mais de uma centena de pessoas cadastradas como artesãos e algumas
337 já estão recebendo pelo PIM. Explica que pode estar acontecendo de a pessoa não se reconhecer, visto
338 que, pela natureza dos danos relatados, muitos destes atingidos podem não ter sentido num primeiro
339 momento o impacto na sua atividade. Pode ser um problema de temporalidade, um impacto não percebido
340 ou declarado. Foi realizada uma busca nos canais e não se registrou nenhum pedido de cadastro, ou
341 manifestação, por meio dos canais conhecidos. A FR foi aos locais para informar as artesãs que se
342 manifestassem. A CT pede que os dados sejam estratificados e presentes no relatório, e que não pode haver
343 barreiras de entrada no processo do Cadastro. Cabe ao programa analisar e dar devolutiva de cada caso.

344
345 Houve, por parte da CT, um alerta para a FR: que afirmou que precisa haver visibilidade aos números, e até
346 agora a CT não teve acesso a nenhum número de atingidos e sua devida classificação. Os estados de Minas
347 e Espírito Santo e as superintendências já pedem os números totais desde de junho de 2018, e sua
348 classificação por atividade econômica, mas nada foi enviado pela FR até agora. A CT precisa, com urgência,
349 dos números do relatório de decisão para apresentar os números ao novo Governo. Informações também
350 para a construção das NTs com relação aos números dos artesãos. Já foi pedido à FR várias vezes e não
351 estão sendo disponibilizados. Já houve uma evolução no relatório de monitoramento mensal (RMM), mas
352 quem faz política pública tem que ter dados o tempo todo em mãos. A realidade muda constantemente e
353 há ciência disso, mas a CT precisa das estratificações para conseguir configurar as propostas multifacetadas
354 de ações. É o principal instrumento de monitoramento que não pode se perdido. Não dá para responder só
355 quando a CTOS pede, mas os órgãos públicos podem solicitar os dados a qualquer momento. Isso é uma
356 reclamação de outras CTs também, como a FR consegue executar os programas sem os números.

part 1 h
arquitetura
opção
banca

A FR reitera que foi agendada uma reunião com o Conselho Curador para que o alinhamento interno seja feito primeiro e sugere aguardar o workshop para que venha uma decisão mais sólida. A CT retifica que há desinteresse em cumprir prazo, já que foi proposto o mesmo na última reunião, e que os dados brutos ainda não se têm acesso pelo site, além da incerteza de que as informações irão chegar da maneira como a CTOS precisa. Normalmente a FR apenas funciona sob a pressão de deliberações do CIF. A CTOS precisa enviar a NT para o CIF de novembro, via e-mail, até dia 08/11. Além disso, é importante que, quando o assunto já foi indicado e está na pauta enviada, os dados já sejam levados para reunião pela FR para discussão. Uma outra sugestão dada é que, ao término de cada reunião, os pontos que ficarão para a próxima pauta sejam repassados.

PRODUTORES RURAIS

Espaço para a fala do advogado do Sindicato dos Produtores Rurais do ESDR. Os produtores rurais recebem aviso de que seus nomes constam no SERASA e que não conseguem plantar a mesma cultura porque a lama inundou 100 % da sua produção, sendo que sua terra está improdutiva. Aconteceu suicídio, pois essas pessoas têm seu psicológico destruído e a FR poderá até reparar o dano material mas, no psicológico não. O desastre foi muito grande, e não temos relato de nenhum produtor rural reparado pelos seus danos. Não tem nenhum indenizado pelo desastre. No intuito de entenderem a necessidade desses atingidos solicita que o tema seja levado ao Conselho Curador, bem como que seja entendido que a FR também existe para justificar os prejuízos: com números, pontos de críticas e reuniões com os atingidos de Linhares e outros para iniciar os trabalhos de reparação. Todos os produtores afetados estão voltando para casa pensando em como irão ficar nos próximos 5 anos necessários para atingir a totalidade de sua produção. A cultura do cacau de Linhares foi também muito impactada e era produzida à margem do Rio Doce, mas perdeu-se a confiabilidade na qualidade do produto, o que leva à diminuição da venda e o período de chuvas impede a produtividade. Danos indiretos ao produtor e à população que perdeu o apoio governamental, pessoas que correm o risco de perder as propriedades, pois foram dadas como garantia. No CIF foi determinado um prazo para a indenização dos produtores, e a sociedade está agonizando, além do fato de os produtores já cadastrados não serem indenizados. Alguns não acreditam mais na FR, nem no cadastro integrado que foi feito para esses produtores. Solicita aprovar a minuta da NT com prazo para serem indenizados.

Em uma das questões iniciais, o governo do ES solicitava que a FR descesse o rio e reconhecesse as singularidades de cada território e os impactos nos pescadores em todas as suas tipologias. Reconhecimento dos impactos do desastre no território capixaba. Houve a necessidade de estender os programas e a FR identificou que apenas uma localidade seria disponibilizada para a agropecuária mas, pelo TTAC, deveria ser por toda a calha do Rio Doce. Um dos questionamentos é a matriz de danos, que ninguém conhece os atingidos agricultores que foram já cadastrados ou indenizados. Solicitação dos agricultores na porção de Linhares, onde o que esta sendo depositado no solo tem o maior impacto. Precisamos que o Governo do ES reconheça a necessidade de a FR aumentar as suas equipes e inicie o cadastramento destes agricultores, de forma diferenciada e, com um conjunto de critérios para priorização no atendimento, ao invés de trabalharmos em forma de campanha. Precisa-se de dar prazo que os produtores sejam indenizados.

A FR respondeu que já tem a matriz de danos com estes elementos elencados para encaminhar as indenizações. A deliberação 58 foi para reforçar que o ES estava sendo menos atendido. Não precisa de deliberação do CIF para serem indenizados. A rigor, a indenização já poderá ser solicitada, do ponto de vista do CIF ou do Conselho, e as regras já estão postas, inclusive os termo de acordo.

A CT pergunta se a cláusula 38 será descumprida ou não, e o que depende da CTOS e o que não depende para avançarmos no andamento. Alguns já foram cadastrados em Linhares, outros nem tiveram resposta

com uma proposta. A maioria está como manifestação e ainda tem manifestações de 2016, e não foram feitos nem o cadastro, ou seja, nenhum produtor conhece algum que foi indenizado. A SETADES solicita a relação de todos produtores atingidos e qual a situação de cada um deles: cadastrados e os que só tem manifestação. A CT reitera que a Nota Técnica dos Agricultores Rurais será apresentada no CIF, porém, há a necessidade de algumas adequações, e as deliberações referentes a esse segmento serão incluída nas Notas Técnicas Gerais de Cadastro, PIM e AFE (micro e pequenos produtores).

A FR, pelo programa PIM, responde que o foco é o micro negócio e que já está havendo um Grupo de Trabalho com outros programas técnicos para fazer o mapeamento destes produtores e os recursos necessários para a reparação. A priorização foi feita nessas áreas para estruturar o plano, e todos serão mapeados para o ressarcimento. Na área da calha e da foz, será feita a avaliação do impacto e valorização da indenização, sendo que, quanto à agropecuária, no total já são aproximadamente 800 indenizações.

A fala da representante das mulheres pescadores questiona o porquê dos pescadores ficaram de fora das indenizações. A maioria não sabe o que significa PIM (Programa da Indenização Mediada) ou o que significa Governança, pois se trata de gente muito simples. Segundo elas, a "FR está discriminando as mulheres pescadores e marisqueiras, e estamos aqui para reivindicar o nosso direito. Estou falando por todos, muitos viram o que aconteceu com o artesanato e estamos falando por todas as mulheres como atingidas. Estive no CIF e protocolamos um documento com nomes de pessoas da Campanha 2 e tenho 4 formulários. Dia 18/05 levei meus documentos e não tive resposta até hoje da FR. Várias reuniões e nós cumprimos o que foi solicitado apresentar e a FR não respondeu. Sabemos que estão sendo feitos estudos do Rio Doce e do mar e os outros afluentes? Alguns até receberam o cartão do auxílio financeiro, mas a maioria de nós é invisível ou não existimos para a FR. Estou como atingida reclamando pelo meu direito. Olhem com amor por nós, porque está tendo intriga por pessoas que estão recebendo sem precisar. Todos temos uma atividade e estamos lutando para ser reconhecidos como atingidos, porque não é fácil estar aqui na presença de vocês. Esperança de sair o dinheiro do auxílio para ter o que colocar na mesa. Temos identidade, a de ser mulher, negra, humilde, pescadora, marisqueira. Água e energia não é mercadoria."

O presidente do Sindicato dos Pescadores tem a fala e diz que os pescadores são reconhecidos pelo local de trabalho. Até o mês de setembro estava tudo encaminhado. Segundo ele, "a realidade é que, entra dezembro e não houve nenhuma resposta. O que será desta comunidade daqui da frente já que o cronograma de trabalho do qual a FR falou ainda não saiu. Estão sem saber o que fazer e até áreas de 20 m é dito que não se pode pescar. Houve migração para outros estados. Precisa-se levar uma solução para os pescadores de Vitória que estão parados há 3 anos. É uma situação humilhante estar aqui diante de todos os presentes: vivemos da pesca e, para participar deste grupo de trabalho sem ter nenhuma solução, o trabalho está ficando para trás."

A Defensoria Pública lembra que durante as reuniões do GT (Grupo de Trabalho) da Pesca, já estava discutindo o que seria um projeto piloto, onde seriam colocados todos os esforços, um cronograma enxuto, e prioridade para as reuniões de precificação. Tudo que foi comprometido a fazer foi feito. Mas tem um mês que está parado, o sindicato comprometeu com a lista, mas o retorno e o compromisso com a FR não é o mesmo, nem com o cronograma. Em nome da Defensoria Pública, até o final do dia, será recomendado o cancelamento do GT para soluções em outros âmbitos, caso não tenhamos nenhum tipo de resposta pela FR. No caso dos grandes produtores, a orientação dada pela DPU é negociarem indenização direto com a FR, considerando que o TTAC não os insere. Se entenderem que a Matriz de Danos não os atende, deverão entrar na justiça ou aguardar o estudo que está sendo feito pela FR. Seria importante a matriz de danos ser discutida no âmbito da CTOS.

A Carta do Tiago foi lida na CT, ressaltando as soluções concretas que precisam ser dadas, independente de questões políticas e do grupo de trabalho porque as pessoas estão passando necessidades. Outra fala foi a

de que alguns recebem outros não e, onde a polícia entra, você é obrigado a dar o voto, caso contrário, você não recebe.

O gerente de território da FR responde que a construção do GT Pesca foi acompanhado por ele e houve uma movimentação legítima no começo, com avanços em uma assembléia feita em Linhares. Ressalta-se que a FR precisa mesmo evoluir nas tratativas e ações bem como nas validações internas.

Fato que está bastante atrasado ocorre com relação aos valores que precisam ser avaliados, o que já poderia ter sido feito há 3 meses. O território norte do estado do ES está reconhecido desde o mês passado e as falas são as mesmas, de que as comunidades e regiões não vão receber enquanto o estudo da FR demonstrasse o nexos causal. Assim, a FR tem a obrigação de responder, porque agora, não vão receber só por conta do nexos causal. A CT pede um posicionamento da FR quanto às análises das condições atuais dos programas e como estão e serão conduzidos.

A FR reitera o compromisso de, no dia 21/11 em São Mateus, realizar a Assembléia e explicar para todos de forma bem simples os processos do Cadastro e as respostas às solicitações.

Pescador de Fato pela FR: Conclusão dos planos de trabalho e parametrização dos dados. Consultoria KIN, com o objetivo de dar o caminho para a decisão com base no que foi construído. A autonarrativa tem que ser algo simples. O trabalho ficará pronto hoje e será encaminhado à CTOS. O universo dos pescadores com RGP vai para 20 mil nas Campanhas 1 e 2. Ademais, será feita uma cartografia da pesca em que a comunidade irá contribuir para dizer como essa cadeia funciona, e também os processos de pesca. Primeiro retrato de um potencial instrumento de identificação da pesca de subsistência. Escopo do termo de cooperação.

A Defensoria Pública sugere envolver as assessorias técnicas neste processo, utilizar o cadastro levantado na comunidade, verificar o que está faltando e só complementar para não envolver de novo as pessoas neste desgaste. Reforça que a presença da consultoria não elimina a presença da assessoria técnica. A consultoria MARAMAR tem conhecimento para lidar com esses processos e são contratadas para apoiar no lado técnico. A FR responde que o processo foi iniciado porque o Cadastro não foi exaustivo neste ponto de conseguir identificar os critérios corretos. Serão 30 dias para fechar a cartografia, sendo a expectativa no dia 18/12, quando o último pescador será indenizado. O Projeto piloto do Pescador de Fato foi aprovado, mas algumas alterações foram feitas e há informações novas que não foram repassadas à CTOS antes. Anteriormente foi feito o piloto para toda a calha e o Conselho Curador irá aprovar novamente.

A FR retifica que o objetivo é dar segurança quando os assuntos são levados ao Conselho Curador e, se for apresentado para a foz, sabemos que será ampliado para todo o território e municípios. Como é algo novo, o Conselho precisa e quer acompanhar o processo de perto. Este pode ser o caminho para a criação das novas políticas. A CT alerta para não comprometer a indenização dos outros grupos que não estão dentro do universo dos pescadores de fato. E reitera que a falta de cumprimento dos prazos pela FR deu à CT aporte para deixar de confiar nos trabalhos apresentados.

A FR diz que o diagnóstico feito pelo Instituto Águila irá ajudar a melhorar o processo, SLAs, e prazos, bem como reduzir falhas. Há um comprometimento de que, na próxima etapa, o processo do ponto de vista operacional seja melhorado e alinhado entre as partes e estará descrito no documento da transição.

Encerramento da reunião.

ENCAMINHAMENTOS

ASSUNTO	EMCAMINHAMENTO	PRAZO
CADASTRO (Fundação Renova) <i>Referente à revisão do balanço 2018 e plano 2019.</i>	Balanço anual com informações mais estratificadas sobre o programa de Cadastro contendo: 1. Foco na pessoa e na família, propriedade, número de manifestações e pessoas cadastradas e unidade de referência: pessoas. 2. Do primeiro ano até hoje, incluindo a Campanha 4 (hoje fase 2). 3. Qual o tratamento para as manifestações frustradas.	09/11/2018
PIM (Fundação Renova) <i>Referente à revisão do balanço 2018 e plano 2019.</i>	Relatório de quantas pessoas estão elegíveis ao PIM e ainda não foram indenizados no total até hoje. Também incluir os passivos que ainda tem para serem resolvidos.	09/11/2018
PROTEÇÃO SOCIAL (Fundação Renova) <i>Referente à revisão do balanço 2018 e plano 2019.</i>	Detalhamento do gastos em 2018 do Programa de Proteção Social. Monitoramento dos planos de ação: como serão realizadas as ações dos planos de ação propostos.	09/11/2018
TODOS OS PROGRAMAS (Fundação Renova) <i>Referente à revisão do balanço 2018 e plano 2019.</i>	A FR ficou de apresentar dados segregados referentes a todos os programas, com foco nos territórios e pessoas: Dados por estados, municípios, territórios, gênero, atividade produtiva impactada, nº de titulares, dentre outros que irão contribuir para o monitoramento das ações pela CTOS.	09/11/2018
ARTESANATO (CT-OS)	Referente ao Artesanato: Enviar NT ao CIF de Novembro com respectiva Minuta de Deliberação	09/11/2018
PLANO DE CONTINGENCIA (Fundação Renova)	Devolutiva da NT que foi enviada e relatório contendo uma resposta parcial sobre o Plano de Contingencia até o dia 15/11, e depois do workshop a FR deverá enviar outro com dados mais completos.	15/11/2018
CADASTRO E PIM (Fundação Renova)	A CTOS solicita a FR os numeros solicitados pela Sra. Mirna em varios e-mail já enviados anteriormente sobre a relação oficial dos produtores rurais já cadastrados no PIM, e foi garantida a entrega pela Sra Cintia, diretora na FR. Números de atingidos e sua devida classificação e sua classificação por atividade econômica.	09/11/2018. Na verdade, o prazo acordado foi até o final de novembro, com possibilidade de antecipação pela Renova.
ARTESANATO (Fundação Renova)	Dados dos atingidos classificados pela atividade economica do artesanato desde o começo do Cadastro até hoje. Estratificação dos dados precisam constar no RMM e a devolutiva da FR quando foi ao local.	09/11/2018 (Já entregue)
PESCADOR DE FATO (Fundação Renova)	Enviar o documento descritivo do projeto piloto Pescador de Fato com as alterações propostas, o que já foi alinhado internamente pela FR, a delimitação do universo de atingidos, o papel e responsabilidade dos institutos e consultorias envolvidos no projeto e como essas irão fazer o alinhamento com as assessorias técnicas.	06/12/2018
CADASTRO (Fundação Renova)	O Lucas, FR, ira enviar as respostas aos questionamentos feitos ao programa de Cadastro. Apresentar um Cronograma da revisão do cadastro e do atendimento das manifestações da Fase 2 (antiga Campanha 4)	06/12/2018
PRODUTORES RURAIS (Fundação Renova)	Sindicato dos Produtores Rurais de Linhares representando os demais municípios impactados do ES, foram dados os seguintes encaminhamentos na CTOS: - Inserir nas NT (PIM, AFE e Cadastro) demanda represada desse segmento na sua totalidade, destacando a de Linhares; - Inserir na NT todos os problemas relacionados ao setor da agropecuária que ainda não tem manifestação da FR.	05/12/2018
PRODUTORES RURAIS (SRL)	No encaminhamento referente aos produtores Rurais faltou: SRL enviará listagem de associados a FR que irá responder quem da lista já está cadastrado e demais status (em que fase do atendimento se encontra)	20/11/2018
PLANO DE CONTINGENCIA (Fundação Renova)	Relatório específico sobre o Plano de Contingência com as informações presentes no RMM. Resposta das ponderações que foram feitas. Prazo: 11/11.	11/11/2018
CT-OS / NOTA TECNICA	Construção das Notas Técnicas dos Programas para serem encaminhadas ao CIF.	09/11/2018

apual
para a
maioria
pune

